

Análise das produções científicas sobre saúde e contextos migratórios no Brasil**Analysis of scientific productions on health and migratory contexts in Brazil****Análisis de las producciones científicas sobre salud y contextos migratorios en Brasil**

Raquel Silva Barreto¹
Carlos Ernesto Oliveira de Souza²

Recebido em: 24 out. 2022
Aceito em: 24 jun. 2025

RESUMO: As tendências migratórias contemporâneas situam diferenciações, que se evidenciaram no cenário brasileiro desde as últimas décadas do século XX. Os movimentos de imigrantes e refugiados no eixo “Sul-Sul” foram marcados pela chegada de indivíduos ou grupos em busca de melhores condições de vida, o que inclui o acesso ao Sistema Único de Saúde. Com o objetivo de analisar como a literatura científica tem abordado a relação entre a saúde e os grupos migrantes no contexto brasileiro, foi realizada uma revisão integrativa nas bases virtuais BVS e PubMed, na qual após a aplicação de alguns critérios, resultou em 28 publicações. Mais de 50% dos estudos foram transversais, as nacionalidades haitiana, boliviana e venezuelana correspondem a 60% das mencionadas, o público majoritário é de adultos, e os estudos da Região Sul e de São Paulo somados, correspondem a 50% do total. As principais lacunas apresentadas nesse estudo apontam para a necessidade da intersetorialidade, dos aprofundamentos fora do eixo “Sul-Sudeste”, da abordagem de outros grupos em vulnerabilidade, do fortalecimento da atenção primária e da exposição da atenção e acesso em outros níveis de complexidade em saúde.

Palavras-chave: Imigrantes. Refugiados. Saúde Pública. Brasil.

ABSTRACT: Contemporary migratory trends show differences, which have become evident in the Brazilian scenario since the last decades of the 20th century. The movements of immigrants and refugees in the “South-South” axis were marked by the arrival of individuals or groups in search of better living conditions, which includes access to the Unified Health System. In order to analyze how the scientific literature has approached the relationship between health and migrant groups in the Brazilian context, an integrative review was carried out in the virtual databases BVS and PubMed, which, after applying some criteria, resulted in 28 publications. More than 50% of the studies were cross-sectional, Haitian, Bolivian and Venezuelan nationalities correspond to 60% of those mentioned, the majority public is adults, and studies from the South Region and São Paulo together correspond to 50% of the total.

¹ Psicóloga. Doutora em Saúde Pública. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9571-473X>. E-mail: raquel.s@ufms.br.

² Engenheiro. Mestre Engenharia Ocupacional e de Segurança no Trabalho. Universidade do Porto (FEUP / Portugal). E-mail: carlosernestoces@gmail.com.

The main gaps presented in this study point to the need for intersectoriality, for deepening outside the "South-Southeast" axis, for approaching other vulnerable groups, for strengthening primary care and for exposing care and access at other levels of complexity in health.

Keywords: Immigrants. Refugees. Public health. Brazil.

RESUMEN: Las tendencias migratorias contemporáneas presentan diferenciaciones que se han evidenciado en el escenario brasileño desde las últimas décadas del siglo XX. Los movimientos de inmigrantes y refugiados en el eje 'Sur-Sur' se caracterizaron por la llegada de individuos o grupos en busca de mejores condiciones de vida, lo que incluye el acceso al Sistema Único de Salud. Con el objetivo de analizar cómo la literatura científica ha abordado la relación entre la salud y los grupos migrantes en el contexto brasileño, se realizó una revisión integrativa en las bases virtuales BVS y PubMed, que, tras la aplicación de algunos criterios, resultó en 28 publicaciones. Más del 50% de los estudios fueron transversales; las nacionalidades haitiana, boliviana y venezolana representan el 60% de las mencionadas; el público mayoritario es de adultos, y los estudios de la Región Sur y de São Paulo, en conjunto, corresponden al 50% del total. Las principales brechas presentadas en este estudio señalan la necesidad de la intersectorialidad, de profundizar en contextos fuera del eje 'Sur-Sudeste', de abordar otros grupos en situación de vulnerabilidad, de fortalecer la atención primaria y de visibilizar la atención y el acceso en otros niveles de complejidad en salud.

Palabras clave: Inmigrantes. Refugiados. Salud Pública. Brasil.

INTRODUÇÃO

A intensificação do fluxo migratório é um fenômeno crescente a nível mundial. Em uma comparação das taxas referentes ao período de quatro décadas (perfazendo os anos de 1975 a 2016) verificou-se que os migrantes internacionais quadruplicaram nos sentidos Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul (Wihtol de Wenden, 2016). A terminologia Sul-Sul ou Sul Global é derivada dos estudos pós-coloniais e faz referência aos países que comportam pessoas, grupos ou regiões que vivenciam maiores desigualdades sociais, seus países adequariam-se como aqueles considerados “em desenvolvimento” ou subdesenvolvidos (Peres-Neto, 2024). Os principais motivos que justificam as mudanças em termos migratórios, dizem respeito à busca por melhores condições de vida, o que se constitui nas dimensões financeiras, de moradia, culturais ou, ainda pela fuga de situações que comportam conflitos políticos e extrema violência.

Cabe dizer que há um equívoco estrutural quando se considera as migrações como forçadas ou não forçadas. A primeira, em uma ótica social, é explicada pelo ato de deixar o país em decorrência das violações aos direitos humanos. A segunda, é comumente

compreendida pela busca por melhores condições de vida (imigrante econômico). No entanto, a situação dos venezuelanos no país exemplifica as próprias dificuldades em categorizar o status migratório, já que desde 2015 são descritos como imigrantes econômicos ou refugiados, ainda que advenham das mesmas situações (Dias, 2020). A opção do termo “migrantes” perfaz um fenômeno total. Todavia, deve-se reconhecer criticamente tais categorias porque em determinados momentos, a classificação é o que garante o acesso a um conjunto de direitos e proteções sociais para determinados indivíduos ou populações. Esse processo é dinâmico e em alguns casos, os próprios grupos tensionam as respostas migratórias brasileiras frente às suas classificações, como ocorreu com os haitianos que vieram em 2010, após um terremoto (Dias, 2020).

Apesar de o Brasil ter vivenciado alguns ciclos migratórios, a entrada dos migrantes internacionais no século XXI tem sido analisada por diversas áreas, principalmente no que tange às suas especificidades. Na contramão das tendências evidenciadas entre os fins do século XIX e início do século XX, as imigrações brasileiras atuais são marcadas por pessoas do hemisfério sul, como é o caso dos venezuelanos, bolivianos e haitianos (Dias, 2020). Algumas explicações dão conta desse processo: enquanto o Norte Global vivenciava um panorama de crise e restringia as imigrações, o Brasil e os países ao seu redor experienciavam movimentos contrários, a exemplo do Acordo de Residência do MERCOSUL, que de forma recíproca, garantiu o direito à segurança, ao trabalho e à residência para os cidadãos de países integrantes do bloco (Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2021). Outro marco relevante diz respeito à “nova Lei” de Migração, aprovada em 2017, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, que é considerada a vanguarda na garantia dos direitos de tais grupos. Os avanços garantidos na Lei dizem respeito à exclusão do termo “estrangeiro” (por comportar estigmas), ao acesso às políticas públicas e à cobertura mais integral, que inclui apátridas e residentes fronteiriços.

Há uma “capilaridade” referente à política migratória no Brasil (tanto para os imigrantes como para os refugiados), orientada para a descentralização e a operacionalização das ações entre os três entes federativos (União, Estados e Municípios), que devem prezar pela não discriminação e pelo acesso aos direitos fundamentais (Dias, 2020). Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística identificou que 69% dos municípios brasileiros possuíam imigrantes entre os seus residentes e 215 tinham algum tipo de dispositivo para o

acolhimento desse público. No Relatório Anual do OBMigra (2021) há o reconhecimento de que as cidades fronteiriças brasileiras têm atraído os migrantes dos países vizinhos, de forma pendular ou temporária, pela oferta de serviços, o que ocorre principalmente com a baixa complexidade na saúde pública (Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2021). Dependendo das chances “para além das fronteiras”, esses movimentos transnacionais podem durar anos ou se tornar efetivos. O fato é que se verifica uma tendência pela busca de municípios de médio e grande porte, que possuam recursos e serviços capazes de suprir as necessidades econômicas e de saúde dos envolvidos (Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2021).

No Brasil, apenas 33,06% dos municípios possuem programas de saúde exclusivos para as minorias. 73,03% dos 152 municípios que possuem mais de 100 imigrantes apresentam programas de saúde voltados para as minorias. Observa-se que entre os municípios com mais de três dispositivos voltados para a atenção migratória (englobando as diversas áreas: assistenciais/sociais, jurídicas, entre outras), cerca de 77% também ofertam serviços de saúde voltados para as minorias (Cavalcanti, Oliveira, Silva, 2021). Migrantes fazem parte dos grupos vulneráveis e estão predispostos a diversos agravantes em relação à saúde. Ao chegarem ao país, uma das principais dificuldades está na obtenção dos documentos, incluindo o Cartão Nacional de Saúde (vulgo “Cartão SUS”), à posteriori, alguns percalços continuam presentes. O cartão não é uma garantia de que os cuidados serão efetivos, uma vez que as concepções dos profissionais em torno do que consideram como necessidades dos migrantes pode não contemplar uma lógica de acordo com o que aqueles usuários desejam ou esperam em termos da atenção à saúde. Noções de autocuidado, prevenção, promoção da saúde podem divergir, além disso, para determinados profissionais, a diversidade cultural causa estranhamentos, que operam inicialmente em um distanciamento frente aos que necessitam do sistema de saúde (Martin, Goldberg, Silveira, 2018). Face ao exposto, o presente artigo buscou analisar como a literatura científica tem abordado a relação entre a saúde e os grupos migrantes no contexto brasileiro.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Para a obtenção dos dados optou-se pela revisão integrativa, realizada entre os meses de setembro e outubro

de 2022. A revisão integrativa envolve múltiplas propostas, que vão das definições conceituais às análises de evidências, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, determinando o conhecimento atual de um determinado tema, por meio da identificação, análise e síntese dos resultados (Souza, Silva, Carvalho, 2010). As bases utilizadas foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando a combinação dos seguintes descritores: (Migrantes) OR (Imigrantes) AND (saúde nas fronteiras) OR (saúde da população) AND (Brasil) e a PubMed, tendo como concatenação: (Immigrants) AND (Public Health Practice) AND (Brazil) na PubMed. Após uma busca geral, limitou-se os critérios às produções dos últimos cinco anos, tendo em vista que esse foi o período com o maior número de publicações, nos idiomas inglês, português e espanhol.

RESULTADOS

A busca na primeira base resultou em 144 estudos, cujo total após as exclusões por repetições, por não estarem completos ou não apresentarem ligação com a temática foi de 23; a segunda busca resultou em dez artigos, restando cinco após o processo.

Dos 28 estudos resultantes das buscas, três correspondem a monografia ou teses tendo a saúde da população migrante como objeto de análise. As demais publicações estão bem divididas em relação aos periódicos, havendo uma repetição inerente à temática na Revista Interface (Botucatu online), com dois artigos e Cadernos de Saúde Pública, também com 02 artigos. A preferência entre os autores se deu pelos periódicos nacionais, correspondendo a cerca de 80% dos referidos nas bases utilizadas. Os artigos mais antigos nessa busca datam de 2019 e os mais recentes, de 2022. No ano de 2021 ocorreu um ápice das publicações neste sentido, o que esteve evidenciado inclusive na busca geral (aberta aos demais anos), contemplando nove publicações do Quadro 1, seguido pelo ano de 2020. Tais achados comportam a hipótese de uma maior visibilidade em relação às populações menos favorecidas em momentos que evidenciam desigualdades na saúde, como foi o caso da Pandemia do Covid-19.

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Continua.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão
Fatores associados ao nascimento de filhos de imigrantes no sul do Brasil	Vieira, V. C. L. et al.	Transversal	Acta Paul. Enferm.	2022	Entre 2014 e 2019, os nascimentos de filhos de mulheres imigrantes no PR correspondeu a 1,33%, havendo menores taxas de cesáreas e de recém-nascidos com baixo peso, mas, o início do pré-natal é mais tardio.
Percepción de los inmigrantes: consentimiento informado y acceso a servicios de salud.	Garbin, C. A. S. et al.	Descriptivo transversal	Rev. bioét. (Impr.)	2021	Trata-se de um inquérito, realizado em um município médio de SP, com 55 imigrantes cubanos. Nos serviços médicos e odontológicos, os imigrantes não têm conhecimento do termo de consentimento.
Experiência de mulheres imigrantes no processo de parto e nascimento	Supimpa, Lilian Salem	Descriptivo / Relato de casos	Tese - BDEnf	2021	07 mulheres migrantes descreveram a narrativa de dar à luz em maternidade do RS. 06 passaram pela cesárea. Como ponto positivo está a atenção da enfermagem e a gratuidade no SUS e negativo, as intervenções sobre seus corpos.
Atenção à saúde do imigrante negro durante a Pandemia da Covid-19	Jacinto da Silva, Flavia Andreele	Exploratório e descriptivo / Scoping review e entrevistas.	Tese - BDEnf	2021	Os resultados indicam racismo estrutural velado. A população imigrante negra procura os serviços de saúde de maneira espontânea e apresenta como principais necessidades questões de ordem ginecológica/obstétrica, pediátricas, infecções sexualmente transmissíveis e doenças crônicas.
Saúde dos imigrantes venezuelanos: revisão de escopo	Cavalcante Neto, Aristides Sampaio; Oliveira, Maria Amélia de Campos.	Descriptivo e exploratório / Revisão de escopo	Ciênc. Cuid. Saúde.	2022	Dos 23 artigos selecionados, a maioria teve suas publicações em 2019. As lacunas explicitaram carências na investigação das necessidades em saúde dos venezuelanos, na ótica da determinação social do processo saúde-doença.
Saúde e migrações no Sul do Brasil: demandas e perspectivas na Educação em saúde	Ferreira, Daniel Granada da Silva; Detoni, Priscila Pavan.	MultiméTODO / Etnografia, entrevistas e revisão	Physis	2021	O estudo foi realizado na região do Vale do Taquari (RS), COM haitianos que ali se estabeleceram entre 2012 e 2016. Os resultados apontam para a necessidade de desnaturalizar os migrantes como vetores de adoecimento, bem como de incluir no programa dos cursos da área da saúde temas sobre mobilidade humana e seus impactos.
Atenção primária em saúde para imigrantes bolivianos no Brasil	Losco, Luiza Nogueira; Gemma, Sandra Francisca Bezerra.	Descriptivo / analítica	Interface (Botucatu, online)	2021	As entrevistas realizadas com 30 bolivianos e 49 profissionais de saúde que atendem nas UBS mostraram que a garantia de acesso não é o suficiente para que o cuidado ocorra.

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Continuação.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão
Perfil dos imigrantes refugiados adstritos a uma unidade de saúde de atenção primária do Grupo Hospitalar Conceição	Borges, Paolla Zellya	Relatos de experiência e análise de base de dados	Monografia. Coleciona SUS.	2021	O estudo permitiu conhecer o perfil dos imigrantes e refugiados pertencentes ao território adstrito a uma unidade de APS do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre - RS. Como conclusão, sugere-se a educação em saúde para dar conta da comunicação e da efetividade das políticas públicas, que poderiam agregar esse público.
Vulnerabilidade e promoção da saúde dos imigrantes haitianos: reflexões sobre a prática dialógica de Paulo Freire	Souza, J. B. et al.	Ação-participante	Rev. esc. enferm. USP	2021	O estudo ocorreu em uma universidade pública sediada no Sul. 10 Haitianos disseram ter vindo para o país na perspectiva de uma vida melhor e da possibilidade de estudar. Sobre a saúde física e mental, os problemas mais apontados foram a angústia, a tristeza, a falta de amigos e pessoas próximas, falta de lazer, falta de tempo para os exercícios físicos e a dificuldade em manter uma alimentação saudável.
Possibilidades para promover a saúde de imigrantes haitianos: percepções de estudantes de enfermagem	Jeane, B. S. et al.	Ação-participante	Revista Enfermagem Centro-Oeste Mineiro	2021	Foi realizado um círculo de cultura com 12 estudantes de enfermagem, pertencentes à Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC), com o intuito de conhecer as percepções sobre a promoção da saúde do imigrante. Como conclusão, o estudo apontou lacunas que iniciam nos currículos.
Homens imigrantes bolivianos residentes na zona central do município de São Paulo: situação de moradia e saúde	Abrahão, Felipe et al.	Estudo de corte transversal	REVISA (online)	2020	A partir das entrevistas com 50 homens bolivianos residentes em SP, chegou-se à conclusão de que as condições de moradia tendem a ser precárias. Mais de 50% trouxeram incômodos com a saúde, que passam pelo desconforto abdominal, má alimentação, dores nas costas e problemas odontológicos.
Sexual Health of Haitian Immigrants in Southern Brazil: A Cross-Sectional Study	Saint-Val; Wendland.	Transversal	Ann Glob Saúde.	2020	Foram entrevistados 201 imigrantes haitianos, residentes no Sul do Brasil. As mulheres relataram frequência de 33,80% para IST autodeclaradas ativas e de 66,20% para IST vitalícia; estas frequências são muito superiores nas mulheres em comparação com os homens. Há alta frequência de IST nas mulheres imigrantes, o que sugere uma atenção em saúde sexual e reprodutiva para essa população.
Awareness of Chagas disease and socioeconomic characteristics of Bolivian immigrants living in São Paulo, Brazil.	Silva, R. A. et al.	Transversal com aplicação de questionários	Rev Inst Med Trop Sao Paulo	2020	Dos 472 bolivianos (> 18 anos) residentes em São Paulo e matriculados no Centro de Saúde Escola Barra Funda., apenas 169 (35,8%) conheciam a DC. É necessário um trabalho de conscientização sobre a doença de Chagas junto aos imigrantes em SP.

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Continuação.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão
Pandemia e imigração: famílias haitianas no enfrentamento da COVID-19 no Brasil	Souza, J. B. et al.	Ação-participante	Esc. Anna Nery Rev. Enferm	2020	Foi realizado um círculo cultural com vistas à compreensão da vivência da Pandemia segundo 10 famílias haitianas, residentes em Santa Catarina / SC. Os imigrantes haitianos se encontram em situação de vulnerabilidade social, econômica e de saúde mental no enfrentamento da COVID-19. A identificação dessa vulnerabilidade é fundamental à proposição de políticas públicas.
Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil	Delamuta, K. G. et al.	Exploratório / Entrevistas	Cad. Saúde Pública (Online)	2020	Foram realizadas entrevistas com trabalhadores lotados em uma UBS, pertencente a um município do Paraná, que possui bengaleses na sua área de abrangência. Conclui-se que a população de bengaleses acessa os serviços de atenção primária à saúde muito mais pela sua habilidade de adaptação do que pela capacidade dos trabalhadores de ofertarem uma assistência de acordo com as suas necessidades.
Evaluation of emerging infectious disease and the importance of SINAN for epidemiological surveillance of Venezuelans immigrants in Brazil.	de Lima Junior; Rodrigues; Lima.	Estudo retrospectivo observacional	Braz J Infect Dis	2019	Com base no SINAN, entre 2015 e 2017 comparados aos brasileiros, os migrantes venezuelanos relataram número significativamente maior de casos de HIV/Aids ($p < 0,046$) e casos de leishmaniose ($p < 0,049$), enquanto os brasileiros relataram número significativamente maior de casos de hepatite ($p < 0,046$). A malária também foi mais prevalente entre os migrantes venezuelanos do que os brasileiros nativos.
Grupo Intercultural: uma proposta para ressignificar os impactos da crise migratória na saúde mental de imigrantes e brasileiros em Roraima	Oliveira, T. S. et al.	Revisão de escopo	Saúde Redes	2019	O presente trabalho objetiva relatar parte da experiência vivenciada na coordenação do Grupo Intercultural realizado em um Centro de Atenção Psicossocial de Boa Vista - RR. Os principais resultados observados entre os integrantes do grupo são a valorização das ocupações e aspectos culturais dos povos e a percepção de que a crise pode trazer aprendizado e novas formas de comunicação.
A utilização da atenção primária à saúde por imigrantes em Florianópolis	Datoli; Lucio; Chaves	Estudo transversal / Dados cadastrais da Prefeitura	Rev. bras. med. fam. comunidade	2019	Por meio do INFOSAÚDE, verificou-se que entre janeiro de 2014 a dezembro de 2016, 10.108 imigrantes foram atendidos na atenção primária em Florianópolis, representando 2,20% do total da população (463.470 pessoas) atendida na APS no município neste período. As principais nacionalidades atendidas são compostas por argentinos, uruguaios e haitianos, além de outras 167. Essa pesquisa buscou mapear o perfil dos atendidos.

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Continuação.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão	
Sujeitos da saúde, agentes do território: o agente comunitário de saúde na Atenção Básica ao imigrante	Losco, Luiza Nogueira; Gemma, Sandra Francisca Bezerra.	Estudo de caso	Interface (Botucatu, online)	2019	Tendo como estudo de caso a população boliviana que utiliza os serviços da Unidade Básica de Saúde do Bom Retiro, em São Paulo, buscou-se compreender qual o papel dos agentes comunitários de saúde (ACS) na garantia do acesso à população migrante. Constatou-se que os ACS são essenciais na inserção dessa população aos serviços porque os agentes são ao mesmo tempo sujeitos da promoção em saúde e agentes do território, que constroem redes de vínculos.	
Imigração internacional: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil?	Oliveira; Silva; Oliveira	Análise estatística descriptiva	Rev. bras. popul	estud.	2019	No Brasil, estima-se que em 2050 cerca de 22,5% da população tenha 65 anos ou mais. O artigo faz essa discussão, sobre a necessidade de políticas para os imigrantes.
Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: aspectos psicossociais, aculturação, preconceito e qualidade de vida	Weber, J. L. A. et al.	Delineamento quantitativo transversal	Psico USF	2019	O estudo traçou um panorama da imigração haitiana no RS, concluindo que a orientação aculturativa mais frequente é a de integração, que é mais presente entre homens, quem acessou o sistema brasileiro de assistência social; os mais jovens, os com maior fluência em outros idiomas e os que chegaram há mais tempo no Brasil. Além disso, o preconceito percebido e a qualidade de vida obtiveram resultados mais significativos em comparação a estudos com imigrantes haitianos realizados em outros países.	
La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos.	Leão, L.H.C. et al.	Pesquisa-ação questionários	/ Salud colect	2018	O estudo focou nos riscos à saúde e vulnerabilidades socioambientais de imigrantes no MS. 2.151 trabalhadores estavam registrados no mercado formal de trabalho, em 2014. Distribuídos em 27 municípios, atuavam principalmente nos frigoríficos e na construção civil. Mais de 26,5% mencionaram uma carga horária superior a 48h, o que mostra a fragilidade e o alto risco.	
Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural	Martin; Goldberg; Silveira	Estudo reflexivo	Saúde Soc	2018	O artigo chama a atenção para a necessidade de inclusão dos imigrantes e refugiados no campo da saúde, considerando a possibilidade deste setor debater com as áreas humanas e sociais, objetivando a garantia dos direitos humanos.	

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Continuação.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão
Hepatitis B and C in Immigrants and Refugees in Central Brazil: Prevalence, Associated Factors, and Immunization	Martins, T.L.S. et al.	Observacional / coleta de Vírus. amostras e entrevistas		2022	O estudo foi realizado entre 2019 e 2020 com o objetivo de estimar a prevalência das Hepatites B e C entre imigrantes e refugiados, residentes na região central do Brasil. A prevalência de infecção e exposição ao HBV foi de 6,6% (IC 95%: 4,5-9,6%) e 27,9% (IC 95%: 23,6-2,8%), respectivamente, e 34% apresentaram positividade anti-HBs isolada. Relatar uma infecção sexualmente transmissível foi estatisticamente associado à infecção pelo HBV (OR: 7,8; IC 95%: 2,3-26,4). O estudo mostrou que os participantes estavam fora do alcance das ações de prevenção e controle da hepatite B.
Chickenpox outbreak among Venezuelan immigrants housed in shelters and occupancies in the state of Roraima, Brazil, 2019: a descriptive study	Coelho de Andrade, S. M. et al.	Estudo descritivo / dados secundários	Epidemiol. Saude	Serv 2021	O estudo demonstrou que dos 9.591 imigrantes, detectaram-se 38 casos ativos e 1.459 suscetíveis à varicela. Dos casos ativos, 23 eram do sexo feminino e a faixa etária mais acometida foi a de menores de 9 anos (17 casos).
Increase of immigrants in emerging countries: free public healthcare and vaccination as preventive measures in Brazil	Fujita, D. M. et al.	Estudo reflexivo	Cad. Saúde Pública.	2019	A vigilância dos fluxos migratórios em países emergentes é um tema complexo, exigindo a assistência à saúde dessa população nas fronteiras. Estima-se que de 2010 a 2016, o total de imigrantes e refugiados aumentou 160% no Brasil. O apoio à saúde dessas comunidades deve ser extensivo a todas as nações humanitárias, tornando-se uma medida preventiva para a contenção de potenciais doenças infecciosas de difícil diagnóstico ou transmissão
Chagas Disease and Healthcare Rights in the Bolivian Immigrant Community of São Paulo, Brazil	Abujamra Aith; Forsyth; Shikanai-Yasuda	Estudo descritivo. Revisão documental e entrevistas.	Trop Med Infect Dis	2020	Os migrantes bolivianos em SP têm necessidades específicas, incluindo diferenças de idioma e um alto nível de mobilidade. Embora o direito à saúde seja garantido constitucionalmente para todos, na prática, os imigrantes, principalmente os sem documentação, encontram barreiras para iniciar o tratamento da DC. Fornecer o cartão do sistema de atenção primária à saúde (SUS) não apenas melhoraria o acesso à saúde para os migrantes bolivianos, mas também forneceria um caminho potencial para a regularização da situação.

Quadro 1 - Estudos selecionados na revisão integrativa. Conclusão.

Título	Autor	Tipo de estudo / Metodologia	Periódico	Ano	Conclusão
Contributing to Elimination of Cross-Border Malaria Through a Standardized Solution for Case Surveillance, Data Sharing, and Data Interpretation: Development of a Cross-Border Monitoring System	Saldanha, R. et al.	Análise estatística	JMIR Public Health Surveill	2020	A malária transfronteiriça é um obstáculo. Como forma de monitorar os dados e controlar o agravo, foi construído um sistema de vigilância entre o Brasil e a Guiana Francesa. Esta ferramenta de monitoramento transfronteiriço pode ajudar a produzir novas evidências científicas sobre a dinâmica transfronteiriça da malária, implementando a cooperação transfronteiriça para o controle e eliminação da malária,

Os tipos de estudos mais encontrados são os transversais, seguidos pelos descritivos e analíticos, a abordagem preferencial é a qualitativa, as técnicas e instrumentos referenciados para a coleta são os questionários / inquéritos, entrevistas, dados secundários nos sites ou plataformas oficiais, revisão da literatura ou ainda os mistos, que combinam estes instrumentos.

Entre os principais temas abordados estão: as doenças infecciosas e as infectocontagiosas, com ênfase nas IST / AIDS, a atenção primária em saúde (com desdobramentos para o perfil dos usuários, dificuldades no acesso e perspectivas dos profissionais) e, situações que envolvem a saúde reprodutiva e materna das migrantes internacionais. Os objetivos dos estudos têm em comum o conhecimento desses grupos, seja por meio das entrevistas, das revisões ou da análise dos dados primários e/ou secundários. As nacionalidades mais abordadas foram: a haitiana (em oito publicações), a boliviana (em cinco) e a venezuelana (em quatro), a faixa etária predominante foi de adultos, não havendo uma discrepância entre o sexo dos entrevistados. Cabe dizer que todas as pesquisas foram realizadas no Brasil. Os principais estudos partem de pesquisadores da Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) e São Paulo, correspondendo a mais de 50% dos achados, quando somados. Os autores provêm dos espaços acadêmicos ou são gestores / profissionais da saúde.

Considerando o campo da saúde, principalmente coletiva como uma grande área, que abarca questões além dos modelos biomédicos e epidemiológicos, pode-se dizer que os estudos encontrados traduzem essa diversidade. Os debates passam por todos os ciclos de vida, envolvem diversas categorias profissionais e abordam todos os níveis de assistência, que vão desde a atenção primária, que é a porta de entrada para o sistema, até a atenção secundária e terciária.

DISCUSSÃO

Algumas Leis têm amparado o atendimento aos migrantes internacionais no Brasil. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º pontua a inviolabilidade dos direitos à vida, à segurança, à liberdade, à igualdade e à propriedade, tanto para os brasileiros natos, como também para os estrangeiros residentes no país (Brasil, 1988). O artigo 2º da Lei 8.080

reafirma que o acesso ao SUS não pode ser limitado por motivos de cidadania, renda, classe social ou titularização de planos de saúde privados (Brasil, 1980). Diante dos novos fluxos migratórios, em 2017 foi criado o Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro, no Ministério da Saúde, com o objetivo de propor estratégias e diretrizes para organizar as ações e os serviços públicos de saúde frente às necessidades dos imigrantes, refugiados, residentes fronteiriços e visitantes no Brasil (Brasil, 2017).

Apesar do que é situado nas Leis, o acesso e a garantia à saúde dos imigrantes e refugiados, tornam-se mais complexos na prática. O “novo fluxo migratório” demonstra que os grupos que chegaram ao país nos últimos anos são muito heterogêneos e carregam necessidades que mesclam a permanência das suas questões culturais com as novas tentativas de se integrarem e compreenderem o funcionamento do sistema nacional de saúde.

Os estudos mostraram que no âmbito da saúde materno infantil, a escolha pelo nascimento no Brasil se dá tanto pela obtenção da cidadania, como pela gratuidade no SUS. No entanto, o choque cultural ocorre quando há uma preferência pelas vias de parto normal e, o Brasil ainda mantém um alto índice de cesarianas. Com as dificuldades na comunicação, as mulheres acabam por sentir que os seus corpos passam por intervenções que são decididas pelas equipes e têm pouca participação delas como protagonistas (Vieira *et al*, 2022; Supimpa, 2021). Inclusive, assegurar que os indivíduos cheguem aos serviços não é uma garantia de que os serviços serão efetivamente prestados e, possuir bons conhecimentos técnicos não pressupõe o manejo correto do acolhimento e das relações interpessoais.

O estranhamento perante o idioma, as vestimentas e os costumes daqueles que buscam os serviços podem ser o divisor de águas para ações que levarão à equidade e à integralidade do cuidado daquele usuário ou grupo, ou podem resultar na violência estrutural e no aumento da produção de sofrimento mental (Silva, 2021; Losco, Gemma, 2021; Souza *et al*, 2021; Delamuta *et al*, 2020; Oliveira *et al.*, 2019).

Nas publicações selecionadas, os agravos mais citados foram: a Doença de Chagas, com dois estudos realizados entre bolivianos em SP. O primeiro demonstrou que apenas 35% dos participantes conheciam a doença e os meios de contágio / prevenção (Silva *et al*, 2020). Para além desse desconhecimento, o segundo chamou a atenção para a dificuldade encontrada perante o início do tratamento (Aith, Shikanai-Yasuda; 2020). Confirmada a doença pela

autoridade médica, os pacientes necessitam da dispensação do benzonidazol ou nifurtimox, fornecidos gratuitamente pelo SUS; o tratamento pode levar 60 dias e as exigências ligadas à emissão do Cartão Nacional de Saúde para os migrantes internacionais podem retardar o início do tratamento ou interferir no quadro. As IST também foram reportadas em dois estudos. De acordo com o SINAN, entre os períodos de 2015 e 2017 ocorreu um aumento das notificações por IST nos imigrantes venezuelanos (Lima Junior, Lima, 2019) a alta também foi avaliada entre haitianas (Saint-Val, Wendland, 2020). Verificou-se ainda uma correlação entre o histórico de IST com a apresentação das Hepatites B e C (Martins, 2022). A Varicela, Leishmaniose, Malária e Covid apareceram como outros agravos que chamaram a atenção entre esses grupos (Saldanha *et al*, 2020; Lima Junior, Lima, 2019; Andrade *et al*, 2021).

Presume-se que pela falta de informações, os migrantes tendem a procurar os serviços de saúde mais tarde. Não obstante, a APS poderia facilitar o fluxo na rede e reduzir significativamente as complicações pelos agravos descritos anteriormente por meio da educação em saúde, combinada às ações de promoção e prevenção. Nesse sentido, os elos essenciais à integração dos migrantes aos serviços de atenção básica são os agentes comunitários de saúde. Os mesmos podem estabelecer redes de apoio comunitárias e conduzir as demandas junto às equipes, reconhecendo os determinantes sociais que influenciam na saúde da população adstrita à unidade de saúde (Losco, Gemma, 2019). Em um trabalho mais amplo, a própria APS é capaz de minimizar o preconceito sofrido por esses usuários, dado que a compreensão dos determinantes sociais leva à percepção de que os migrantes internacionais não são os vetores das doenças e sim, um dos grupos mais vulneráveis a elas (Silva, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das publicações não serem poucas, há uma lacuna maior em relação às fronteiras e aos interiores, onde uma parte desses grupos também têm se deslocado. Mais da metade dos estudos publicados falam sobre o Sul do Brasil e São Paulo; é compreensível que a busca por Estados com melhor IDH, melhor infraestrutura, acesso aos serviços públicos e oportunidades de trabalho apareçam no topo da lista, no entanto, compreendendo a regionalização e a capilarização do fluxo migratório, não há como dizer que as amostras do

Sul ou de São Paulo são um retrato verossímil dos migrantes internacionais no país. Tampouco, expressam uma realidade única, uma vez que cada Estado brasileiro carrega as suas particularidades, inclusive em relação às ofertas dos serviços e aos públicos para os quais são oferecidos e, essas ausências encobrem partes importantes do Brasil, a exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul, que responde pelo fluxo relevante de bolivianos e paraguaios, por ter 05 municípios fronteiriços, possuindo também grupos indígenas comuns a tais países, Brasília, que consta entre as quatro unidades com maior número de pedidos de refúgio no Brasil e, em breve inaugurará o primeiro Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) voltado para migrantes, e, os estados nordestinos, que apesar de receberem poucos pedidos vêm sendo a última região a sentir as mudanças no “novo” fluxo migratório, mas, nenhum estudo falou sobre a realidade dessas regiões ou estados.

Sabe-se que há maior concentração de migrantes internacionais no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, o que gera questionamentos condizentes com os atendimentos e as ofertas dos serviços ou ações de saúde, que se deram nos municípios que estes grupos passaram, antes de fixarem residência nos Estados descritos. Quando o assunto envolve a saúde dos migrantes, devem-se levar em consideração os movimentos que estes fazem porque diferente das populações adstritas de um serviço, que se fixaram ou nasceram ali, estes grupos tendem a utilizar os serviços em diferentes territórios (cruzando espaços urbanos e rurais, de densidades populacionais pequenas, médias e grandes) até que consigam se estabelecer em algum local e, a atualidade exige que os profissionais estejam aptos às intervenções pontuais, para os grupos em fluxo. Este vem como um desafio para a regionalização porque exige conhecimentos e adaptações às dinâmicas estruturais desses sujeitos.

Quanto aos níveis de atenção, nota-se que ainda há dificuldades na oferta de ações rápidas e efetivas para esses públicos. A atenção primária em saúde foi comumente referenciada pelos autores e a sua essencialidade é notável em termos resolutivos diante das demandas que poderiam ser supridas nesse nível de atenção, caso tais públicos aderissem aos serviços, o que repercutiria positivamente na educação em saúde, na promoção e na prevenção de agravos. Essa adesão também pareceu difícil porque ao necessitarem, tais grupos têm buscado os serviços de urgência e emergência, o que demonstra que por

desconhecimento ou receio posterga-se a busca por apoio especializado diante dos primeiros sintomas, e com as condições de saúde já agravadas, a via de cuidados se dá nos demais níveis de complexidade. O paradoxo evidenciado é que os artigos problematizam as portas de entrada utilizadas pelos migrantes, não fornecendo nenhum dado sobre os demais níveis de complexidade, que tem absorvido essas demandas continuamente. Com exceção das pesquisas sobre os partos e nascimentos, nenhuma outra detalhou a saúde dos migrantes nos níveis secundários e terciários, expressando mais uma carência metodológica.

Por fim, os últimos anos evidenciaram um aumento nas produções no âmbito da saúde da população migrante. Estas visam fornecer base para outras pesquisas, apresentando dados dos grupos atendidos nos serviços de saúde, das patologias mais comuns, relatos de experiências e reflexões que passam pela análise intersetorial. O último ponto ainda deixa a desejar e, apenas dois artigos apresentaram esse diálogo entre a assistência, a saúde, a educação e os demais setores, subsidiando os direitos desses grupos, dentro de um contexto mais abrangente. Na saúde, evidenciou-se um hiato em estudos mais profundos, que expressem objetivos além de “conhecer”, “analisar” ou “identificar” quem são esses grupos ou como os mesmos acessam (ou não os serviços), o que mostra as demandas pelas “ações” e “intervenções”, deseja-se que outros materiais venham a somar, trazendo as especificidades nas regiões e capitais que ainda não foram esquadrinhadas, além do trabalho em saúde com outros grupos de migrantes internacionais e refugiados, que se tornam ainda mais vulneráveis nesse contexto, como crianças, mulheres e idosos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, F. et al. Homens imigrantes bolivianos residentes na zona central do município de São Paulo: situação de moradia e saúde. **REVISA (Online)**, v. 9, n.1, p. 97-108, jan-mar.2020.
- AITH F. M. A; FORSYTH C; SHIKANAI-YASUDA, M. A. Chagas Disease and Healthcare Rights in the Bolivian Immigrant Community of São Paulo, Brazil. **Trop Med Infect Dis**, v. 17, n.5, 2020.
- ANDRADE, S. M. C. et al. Chickenpox outbreak among Venezuelan immigrants housed in shelters and occupations in the state of Roraima, Brazil, 2019: a descriptive study. **SCIELO Preprints**, 2021.
- BORGES, P. Z. **Perfil dos imigrantes refugiados adstritos a uma unidade de saúde de atenção primária do Grupo Hospitalar Conceição**. Monografia em Português | Coleciona SUS. Porto Alegre; s.n; 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Portaria nº 3.565, de 22 de dezembro de 2017.** Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Grupo de Trabalho sobre Saúde do Estrangeiro. Brasília, DF, 2017.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil.** Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

DE SOUZA, J. B.; TOMASI, Y. T.; VIXAMAR, J.; SCHLEICHER, M. L.; WALKER, F.; HEIDEMANN, I. T. S. B. Possibilidades para promover a saúde de imigrantes haitianos: percepções de estudantes de enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S. l.], v. 11, 2021.

DATTOLI, V. C. C.; LUCIO, D. de S.; CHAVES, I. T. da S. A utilização da atenção primária à saúde por imigrantes em Florianópolis. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1786, 2019.

DELAMUTA, K. G. *et al.* Experiências de atendimento à saúde de imigrantes bengaleses entre trabalhadores da atenção primária à saúde no Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 36, n. 8, 2020.

DIAS, A. C. S. Migração Internacional no Brasil: persistências históricas e tendências contemporâneas. **Revista Vértices**, v. 22 (Especial), p. 851–870, 2020.

FERREIRA, D. G. S.; DETONI, P. P. Saúde e migrações no Sul do Brasil: demandas e perspectivas na educação em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 31, n. 04, 2021.

FUJITA, D. M. *et al.* Increase of immigrants in emerging countries: free public healthcare and vaccination as preventive measures in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 35, n. 2, 2019.

GARBIN, C. A. S. *et al.* Percepción de los inmigrantes: consentimiento informado y acceso a servicios de salud. **Revista Bioética [online]**, v. 29, n. 3, p. 600-605, 2021.

LEÃO, L. H. C. *et al.* La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos. **Salud Colect, [Buenos Aires]**, v. 14, n. 4, p. 779-795, oct./dic. 2018.

LIMA, M. M.; RODRIGUES, G. A.; LIMA, M. R. Evaluation of emerging infectious disease and the importance of SINAN for epidemiological surveillance of Venezuelans immigrants in Brazil. **Brazilian Journal of Infectious Diseases [online]**, v. 23, n. 5, 2019.

LOSCO, L. N, GEMMA, S. F. B. Atenção Primária em Saúde para imigrantes bolivianos no Brasil. **Interface (Botucatu)**. 2021.

LOSCO, L. N, GEMMA, S. F. B. Sujeitos da saúde, agentes do território: o agente comunitário de saúde na Atenção Básica ao imigrante. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**, v. 23, 2019.

MARTIN, D.; GOLDBERG, A.; SILVEIRA, C. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde e Sociedade**; São Paulo, Fap UNIFESP; 27; 1; p. 26-36, 2018.

MARTINS, T. L. S. *et al.* "Hepatitis B and C in Immigrants and Refugees in Central Brazil: Prevalence, Associated Factors, and Immunization." **Viruses**, v. 14, n.7, 2022,

OLIVEIRA, H. N.; SILVA, C. A. M., OLIVEIRA, A. T. R. Imigração internacional: uma alternativa para os impactos das mudanças demográficas no Brasil?. **Revista Brasileira de Estudos de População [online]**, v. 36, 2019.

OLIVEIRA, S. *et al.* Grupo Intercultural: uma proposta para ressignificar os impactos da crise migratória na saúde mental de imigrantes e brasileiros em Roraima. **Saúde Redes**, v. 5, n.2, p.343-351, abr. - jun. 2019.

PERES-NETO, L. Sul Global: uma agenda política para pensar a comunicação?. **MATRIZES**, v.18, n.1, p. 127-143, 2024.

SAINT-VAL, K.; WENDLAND, E. Sexual Health of Haitian Immigrants in Southern Brazil: A Cross-Sectional Study. **Annals of Global Health**, v. 86, 2020.

SALDANHA, R. *et al.* Contributing to Elimination of Cross-Border Malaria Through a Standardized Solution for Case Surveillance, Data Sharing, and Data Interpretation: Development of a Cross-Border Monitoring System. **JMIR public health and surveillance**, vol. 6, n. 3, 2020.

SAMPAIO CAVALCANTE NETO, A.; DE CAMPOS OLIVEIRA, M. A. DE C. O. Saúde dos imigrantes venezuelanos: revisão de escopo/Health of venezuelan immigrants: scoping review. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 20, 12 jan. 2022.

SILVA, Flaviane Andreele Jacinto. **Atenção à saúde do imigrante negro durante a pandemia da covid-19**. 2021, 121p. Dissertação - Curso de Mestrado em Enfermagem, do Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, UFPR.

SILVA, R. A. *et al.* Awareness of Chagas disease and socioeconomic characteristics of Bolivian immigrants living in São Paulo, Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo [online]**, v. 62, 2020.

SOUZA, J. B. *et al.* Vulnerabilidade e promoção da saúde dos imigrantes haitianos: reflexões sobre a prática dialógica de Paulo Freire. **Rev. esc. enferm.** São Paulo, USP, v. 55, 2021.

SOUZA, J. B. *et al.* Pandemia e imigração: famílias haitianas no enfrentamento da COVID-19 no Brasil. **Escola Anna Nery [online]**, v. 24, 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

SUPIMPA, Lilian Salem. **Experiência de mulheres imigrantes no processo de parto e nascimento.** 2021, 144p. Dissertação – Pós-Graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, UFPR.

VIEIRA, V. C. L. *et al.* Fatores associados ao nascimento de filhos de imigrantes no sul do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem [online]**, v. 35, 2022.

WEBER, J. L. A. *et al.* Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. **Psico-USF [online]**, v. 24, n. 1, p. 173-185, 2019.

WIHTOL DE WENDEN, C. As novas migrações. **Revista Sur, Dossiê sobre Migrações e Direitos Humanos**, v. 13, n. 23, p. 17-28, 2016.